

**FR.2023.0631**

**Nº IBAMA: 02001.001577/2016-20 (CIF)**

Belo Horizonte/MG, 20 de março de 2023.

**Ao COMITÊ INTERFEDERATIVO (CIF)**

**A/C:** PRESIDENTE DO COMITÊ INTERFEDERATIVO

SCEN TRECHO 2, EDIFÍCIO SEDE DO IBAMA, CAIXA POSTAL Nº 09566

BRASÍLIA/DF, CEP 70818-900

**C/C CÂMARA TÉCNICA DA SAÚDE (CT-SAÚDE)**

**A/C: SR. LUIZ FERNANDO PRADO DE MIRANDA** - COORDENADOR DA CÂMARA TÉCNICA DE

SAÚDE Assessoria Estratégica - Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves

Rodovia Papa João Paulo II, nº 4001, Edifício Minas, 12º andar

Serra Verde - Belo Horizonte/MG, CEP: 31630-901

**REF.:** *Manifestação ao item 6.2 da Pauta da 67ª Reunião Ordinária do Comitê Interfederativo, referente ao descumprimento da Deliberação CIF nº 624/2022.*

A **FUNDAÇÃO RENOVA** ( ou "FUNDAÇÃO"), pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 25.135.507/0001-83, Avenida Getúlio Vargas, nº 671, 4º andar, Belo Horizonte/MG, CEP 30.112-021, vem, respeitosa e tempestivamente, manifestar-se acerca do item 6.2 da Pauta da 67ª Reunião Ordinária deste I. Comitê, com fundamento na Cláusula 39, §§ 2º e 3º<sup>1</sup>, do Termo de Ajustamento de Conduta – Governança ("TAC-Governança"), e no art. 10, §§ 5º e 6º, do Regimento Interno do Comitê Interfederativo ("CIF")<sup>2</sup>, nos termos que se seguem.

<sup>1</sup> **CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA** – As reuniões do CIF serão precedidas pela publicação de pauta, contendo discriminação de matérias e documentos que serão apreciados.

**PARÁGRAFO SEGUNDO.** Publicada a pauta, os interessados terão prazo de 10 (dez) dias para manifestação sobre as matérias e os documentos que serão apreciados.

<sup>2</sup> Art. 10, §5º - Publicada a pauta, os interessados terão prazo de 10 (dez) dias para manifestação sobre as matérias e os documentos que serão apreciados

DS  
*Jmz*

DS  
*PCDMV*

1. O referido item de pauta consiste no descumprimento da Deliberação CIF nº 624/2022 e, apesar de não ter sido disponibilizada minuta de deliberação, refere-se à emissão de notificações à FUNDAÇÃO, com cópia para as empresas mantenedoras, estipulando prazo para execução do Plano de Ação em Saúde ("PAS") dos municípios de Bugre, Aracruz e Rio Casca, nos termos da Deliberações CIF nº 582/2022, 598/2022 e 599/2022.
2. Apenas a título de contextualização, as deliberações referenciadas aprovaram os PAS dos Municípios, determinando que a FUNDAÇÃO desse início ao cumprimento dos referidos planos no prazo de 60 (sessenta dias) – o que não foi feito pela FUNDAÇÃO em razão da evidente afronta aos dispositivos do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta ("TTAC"), conforme se passará a demonstrar.
3. Primeiramente, a FUNDAÇÃO **(i)** manifesta a sua discordância em relação ao fluxo de recebimento, avaliação e validação dos planos de ação em saúde, previsto na Nota Técnica nº 62/2022/CT-Saúde e aprovado por meio da Deliberação CIF nº 569/2022, bem como **(ii)** impugna formal e integralmente as Deliberações CIF nº 582/2022, 598/2022 e 599/2022.
4. A impugnação formal e integral das Deliberações CIF em referência está adstrita à discordância pela maneira como o processo de aprovação dos PAS está sendo conduzido e quanto ao conteúdo do que está sendo deliberado.
5. Assim, cumpre observar que as Cláusulas 05 e 06 do TTAC estabelecem quais são as ações necessárias para o desenvolvimento, aprovação e implementação dos programas, vejamos:

**CLÁUSULA 05:** Para desenvolvimento, aprovação e implementação dos PROGRAMAS e PROJETOS deve ser observado, exceto se expressamente disposto de forma distinta neste Acordo:

II - A elaboração e a execução dos PROGRAMAS SOCIOECONÔMICOS deverão observar o padrão e normas das políticas públicas aplicáveis, além das demais disposições deste ACORDO

XIII - Os estudos a serem realizados pela FUNDAÇÃO, por meio dos EXPERTS a partir dos PROGRAMAS previstos no Acordo, orientarão a elaboração e a execução dos PROJETOS, cuja implementação terá o condão de reparar e/ou compensar os impactos, danos e perdas decorrentes do EVENTO.

**CLÁUSULA 06:** A elaboração e a execução, pela FUNDAÇÃO, dos PROJETOS e demais atividades, ações e medidas dos PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS e PROGRAMAS SOCIOECONÔMICOS deverão considerar, ainda, os seguintes princípios ("PRINCÍPIOS"), exceto se expressamente disposto de forma distinta neste Acordo:

DS  
*gmz*

DS  
*PCDMV*

I- A recuperação socioambiental e socioeconômica terá por objetivo remediar, mitigar e reparar, incluindo indenizar, os impactos socioambientais e socioeconômicos, conforme o caso, advindos do EVENTO com base na SITUAÇÃO ANTERIOR.

11- Os PROJETOS e demais atividades, ações e medidas dos PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS e PROGRAMAS SOCIOECONÔMICOS serão definidos conforme estudo de avaliação dos impactos socioambientais e socioeconômicos, conforme o caso, decorrentes do EVENTO, observados os prazos do Acordo, a ser realizado por EXPERTS, de forma que todos os PROJETOS, atividades, ações e medidas estabelecidos pelos PROGRAMAS contenham fundamentação científica, quando cabível, e guardem relação de proporcionalidade e eficiência, bem como voltadas à remediação e/ou compensação de impactos ambientais e socioeconômicos materializados em decorrência do EVENTO.

6. Com efeito, em atenção ao que preveem as cláusulas em referência, os projetos, ações e medidas dos programas e projetos devem ser definidos **com base em estudo de avaliação dos impactos socioambientais e socioeconômicos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão ("Rompimento")**. Além disso, quando cabível, todas as atividades, ações e medidas estabelecidos pelos Programas **devem conter fundamentação científica, bem como atender aos princípios de proporcionalidade e eficiência**.

7. Especificamente no tocante ao Programa de Apoio à Saúde Física e Mental da População Impactada ("PG-14"), este é descrito como um dos programas socioeconômicos que devem ser executados pela Fundação, mais especificamente na Seção IV – Saúde, Subseção IV.1, Cláusulas 106 a 112 do TTAC.

8. A teor das referidas Cláusulas, **o PG-14 possui cunho reparatório**, tendo por objetivo central a reparação dos impactos à saúde da população que sejam **comprovadamente** decorrentes do Rompimento, tendo como referência o retorno à situação anterior ao evento. De acordo com o TTAC, os programas desta natureza **devem se ater aos impactos que tenham correlação estrita com o Rompimento e não a ações compensatórias que ultrapassem o escopo do Programa**.

9. Portanto, os PAS dos Municípios **devem prever medidas de cunho reparatório, a partir da análise dos impactos suportados e devem ser aderentes às políticas públicas de saúde vigentes, pautados pelos princípios de proporcionalidade e eficiência**.

DS  
*Jmz*

DS  
*PCDMV*

10. Especificamente em relação às Cláusulas 111 e 112 do TTAC, caberá à FUNDAÇÃO desenvolver estudos epidemiológicos e toxicológicos para identificar o perfil de saúde da população de forma a avaliar riscos e correlações com o Rompimento.

11. Ainda, de acordo, com a Deliberação nº 106 que aprova as bases mínimas para os estudos, o estudo de Avaliação de Risco à Saúde Humana (ARSH) será o primeiro a ser realizado e servirá de base para os demais estudos, os quais englobarão: estudo de saúde mental, estudo de saúde do trabalhador, estudo toxicológico, estudo epidemiológico descritivo analítico e estudo de seguimento da população exposta e potencialmente exposta.

12. Atualmente, inclusive, em razão da ausência de convergência entre FUNDAÇÃO e CIF a respeito da metodologia de elaboração dos estudos, a matéria se encontra sob o crivo da 4ª Vara Federal de Belo Horizonte/MG, no âmbito do incidente nº 1024354-89.2019.4.13.3800 (Eixo Prioritário nº 2), de modo que o Comitê, sequer, poderia estar determinando o cumprimento de PAS Municipais no momento atual.

13. Diante disso, é evidente que a imposição do CIF, à FUNDAÇÃO, de implementação do PAS Bugre, Aracruz e Rio Casca, com a consequente condenação ao pagamento de multa pelo seu descumprimento, **sem que tenham sido concluídos os estudos** epidemiológico e toxicológico para identificar o perfil de saúde da população, de forma a avaliar riscos e correlações com o Rompimento, seria obrigá-la a tomar medidas que fogem de sua competência.

14. Porquanto, não comprovado o nexo de causalidade entre os danos alegadamente suportados pelos Municípios de Bugre, Aracruz e Rio Casca e o Rompimento, o Sistema de Saúde Pública (SUS) seria o único legitimado responsável por implementar medidas no setor, não cabendo à FUNDAÇÃO a adoção dos PAS tal como propostos, sob pena de ser esta responsabilizada por usurpação de competência que não lhe cabe.

15. Com a devida vênia em relação ao entendimento exarado por esse Comitê, há de se reconhecer que, nos termos da Cláusula 242 do TTAC, o papel atribuído ao CIF é o de acompanhar, monitorar e fiscalizar os cumprimentos dos programas pactuados no TTAC, e não o de impor à FUNDAÇÃO o cumprimento de determinação que se encontra em dissonância expressa com os termos do instrumento.

DS  
*Jmz*

DS  
*PCDMV*

16. Nesse sentido, considerando que os PAS **(i)** foram aprovados em desacordo com os ditames das Cláusulas do TTAC; **(ii)** não logram êxito em demonstrar os fundamentos para atuação da FUNDAÇÃO, porquanto não comprovada a correlação entre as medidas propostas e os danos identificados, isto é, em decorrência do Rompimento; e **(ii)** os estudos em saúde ainda não foram executados e são objeto de discussão nos autos do Eixo Prioritário nº 02, assim, de modo reflexo, a elaboração e cumprimento do PAS também se inserem no objeto judicializado.

17. Pelo exposto, requer que a proposta de envio das notificações referentes à aplicação de multa seja rejeitada pelos membros do CIF.

18. Sendo o que se cumpria para o momento, a FUNDAÇÃO permanece à disposição para os esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

**FUNDAÇÃO RENOVA**

DocuSigned by:

*Paula Cambraia De Mendonça Vianna*

51580782CB104FB...

**PAULA CAMBRAIA DE MENDONÇA VIANNA**

PROGRAMA DE SAÚDE

DocuSigned by:

*Juliana Moreira Zebal*

A790BB31D1604B1...

**JULIANA MOREIRA ZEBRAL**

GERÊNCIA JURÍDICA